

as crises



Faz tempo que o país se acostumou com a idéia da crise econômica. Por mais que a versão oficial tivesse dito, primeiro, que a crise não nos atingiria, depois que ela vinha só de fora, a recessão engolfou tudo.

A expressão visível da crise é a dívida externa, mas sua materialidade vai além: é a contração do comércio mundial, o desinvestimento, a luta feroz para ver quem fica com a maior tacada do bolo na época das vacas magras. Tudo isto num contexto de mutação do sistema produtivo mundial, que torna o ciclo recessivo penoso e longo.

Mas há outras facetas da crise econômica. Embora nem todos os países periféricos tenham entrado na ciranda financeira e no vórtice da inflação, nossos ministros foram audazes e levaram a irresponsabilidade ao limite extremo. Da grande festa do Brasil-potência à impotência do desinvestimento foi um passo. O desemprego passou a assolar como nunca a massa dos trabalhadores e assalariados da classe média.

Dai a segunda crise, a social. Num país que experimentou o crescimento econômico acelerado e a mobilidade social elevada, o pé no freio da recessão jogou por terra não apenas os meios de vida para os trabalhadores e as migalhas que, via clientelismo estatal, chegavam à mesa dos miseráveis dos nordestes que corcoveiam por estes brasis afora, como derrubou neles o ânimo e a esperança.

Vê-se hoje nas grandes cidades o que sempre se viu endemicamente nas zonas da seca e da fome: o saque aos armazéns, a violência dos desesperados e dos revoltados.

Pior ainda: no esgarçamento da sociedade notam-se sinais de descolamento entre o social e o político. O autoritarismo gerou um vácuo entre o Estado e a Sociedade. Mas a sociedade civil reagiu e constituiu teias. Os próprios partidos — alguns pelo menos — mergulharam na sociedade. Não chegaram, é certo, a serem delegados dela; mas construíram pinguelas que permitem correr a seiva da reivindicação, como ocorre com a circulação lateral do sangue num coração enfartado.

Hoje, a crise social é tão forte e generalizada que existe o risco da obstrução até mesmo desta irrigação de emergência entre os partidos e o fundo do tacho da sociedade. A própria Igreja, mais enraizada nas áreas afetadas pela miséria e pelo isolamento, começa a dar sinais, por sua impaciência, de que teme o pior: uma explosão incapaz de realmente subverter.

Na cúpula do sistema de poder, mais duas crises se acrescentam a estas tristes figuras do Apocalipse. Uma, a terceira que nos assola, é a de governabilidade. A crise econômica somada à cupidez

Sucessória levou a Administração ao esfacelamento e à perda de iniciativas. Até a operação Cleveland, a Presidência da República estava dividida em pequenos grupos hostis, amedrontados pelo desconhecimento da força relativa de cada contendor e perplexos diante do general-Presidente que alguns diziam, maldosamente, estar senão desvairado, como nossa D. Maria I, senil pelo efeito de esclerose precoce.

No jogo das apostas palacianas, todos se desmandavam e ninguém governava. Regressando dos USA o Presidente demonstrou, entretanto, que com ou sem apetência para o poder queria ficar. Alguns áulicos imaginaram até que poderiam dobrar a parada, pedindo sua reeleição.

Mas não houve o *veni, vidi, vinci*. Veio, ficou e por enquanto não venceu. Nem convenceu. A desenfreada corrida sucessória sem controle do Presidente, a triste tentativa de "cassação" do deputado Juruna, o recrudescimento de afirmações do gênero "Delfin é meu e fica comigo", mais o meia-volta-volver do 2045 e as tentativas de diálogo indicam que o desgoverno é como célula cancerosa: prolifera.

Neste contexto, crepita a quarta crise: a de legitimidade. Ela é quase tão velha, entre nós, como a Sé de Braga ou o quartel de Abrantes. Mas se acirrou. Uma coisa é um governo não legítimo (isto é, cuja autoridade não deriva de algum critério socialmente aceito de obediência) capaz de governar. Com o tempo, perversamente, ele se "autentica", se não chega a legitimar-se. Outra coisa é o mesmo tipo de governo, imerso na incapacidade de equacionar problemas e propor soluções aceitáveis, se não por todos, pelos grupos dominantes.

É o governo que aí está não consegue mais tal proeza. Resultado: as denúncias do já sabido — a corrupção — vasam por todos os poros; a desobediência, branda de início (PDS que vota contra 2024; general que depõe em CPI insinuando o que sabe; capitão que contraria o RDE; general que junta a tropa para, contra-atacando, desmoralizar quem depõe e o Congresso; etc.) pode, de repente, produzir uma vaga mais forte.

É esta, em resumidas contas, a situação. Só não ocorreu o imprevisível ainda, porque as crises, a seu modo, também afetam as oposições políticas e as lideranças da sociedade.

Mas tudo isto pode ter conseqüências que variam do zero, não diria ao infinito, mas a 90 graus. Urge, portanto, que haja novo momento de tremor de terra nacional para que uns perguntem aos outros o que só os pretenciosos respondem: que fazer?